

O INCIPIENTE PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DE RETROCESSO E SUA FUNÇÃO  
PROTETIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

*THE INCIPIENT NON-RETROGRESSION PRINCIPLE AND YOUR PROTECTIVE  
FUNCTION FOR THE FUNDAMENTAL RIGHTS*

Vitor Gonçalves Machado.<sup>1</sup>

**Resumo:** O princípio da vedação de retrocesso é de suma importância para a consolidação do Estado Constitucional Democrático de Direito, por isso a necessidade de maior aprofundamento da temática, sobretudo no enfoque ao seu reconhecimento e alcance. Apesar das poucas literaturas sobre o tema, já existe jurisprudência no trato à problemática, inclusive no âmbito do Supremo Tribunal Federal e dos principais Tribunais de Justiça estaduais. Não se pode menosprezar o princípio com argumentos falaciosos e interpretações limitativas equivocadas, tais como a doutrina da reserva do possível, sob pena de afrontar a plena consolidação da vedação de retrocesso. Sua relevância reside no fato de que não poderá o legislador, mesmo que indiretamente, restringir ou suprimir direito fundamental inserto no sistema jurídico.

**Palavras-chave:** Princípio da proibição de retrocesso. Direitos fundamentais. Direitos sociais.

**Abstract:** The non-retrogression principle is a very relevant principle to the consolidation of the Democratic State of Law, therefore the need for further deepening of the theme, focusing particularly on its scope and recognition. Despite the meager literature on the subject, there is already case law in dealing with the issue. We cannot underestimate the principle with fallacious arguments and erroneous interpretations, such as the reserve of the possible, under penalty of affront the full consolidation of the non-retrogression principle. Its importance lies in the fact that the legislature cannot, even indirectly, restrict or eliminate the fundamental rights.

**Keywords:** Non-retrogression principle. Fundamental rights. Social rights.

## 1. INTRODUÇÃO

Os direitos fundamentais, principalmente os direitos sociais, passam por constante crise, muito em razão da falta de efetividade dos mesmos. Sustenta Ingo Wolfgang Sarlet

---

<sup>1</sup> Doutorando em Direitos e Garantias Fundamentais (Faculdade de Direito de Vitória - FDV). Mestre em Direito Processual (Universidade Federal do Espírito Santo - UFES). Pós-Graduado em Direito do Estado e em Ciências Criminais (Universidade Anhanguera). Advogado.

(2008, p. 12-13) que há uma crise de identidade, além da relacionada à efetividade, que perpetra o âmbito do Estado, da Constituição e dos direitos fundamentais, sendo possível dizer que no Brasil vive-se um “*mal-estar constitucional*”, um “*pessimismo pós-moderno*”.

Nota-se também, rumando no sentido de agravamento da problemática, certas tentativas legiferantes em retroceder, às vezes de forma indireta e obscura, no rol catalogado e garantido dos direitos fundamentais insculpidos na Constituição Federal de 1988.

Ora, basta verificar as recentes propostas de lei do Congresso Nacional em que se busca, em nome principalmente da salvaguarda da economia e dos cofres do Governo, mudanças em normas que garantem direitos fundamentais para a maioria da sociedade brasileira, como as reformas trabalhista e previdenciária.

Em razão disso, é inegável a importância que advém de uma consagração e extensão do *princípio da proibição de retrocesso* no sistema brasileiro, uma vez ser necessária cada vez mais a proteção (concomitantemente com a efetividade) dos *direitos e garantias fundamentais* ante à mencionada crise por qual atravessam.

Nesse sentido, buscar-se-á com o presente estudo, a partir de uma pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, compreender a extensão desse princípio, levando em consideração a necessidade de proteger os direitos fundamentais, sobretudo em razão de possíveis reformas legislativas.

Para tanto, a metodologia empregada focou no método dedutivo, partindo-se de premissas gerais (entendimentos de outros autores e órgãos julgadores) para uma observação mais particular (entendimento pessoal), a qual foi mais bem “encorpada” no quinto capítulo. Também se buscou, em certas passagens, o emprego do método dialético, que compreende e considera opiniões e diferenças de opiniões, como existe na análise sobre a doutrina da *reserva do possível*. Com isso, outro objetivo pretendido foi o de trazer ao estudo uma argumentação que seja consistente e dialógica dentro da teoria do direito enquanto teoria formal.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DO PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DE RETROCESSO

### 2.1 - FORMULAÇÃO HISTÓRICA DO PRINCÍPIO

O nascimento das Constituições dos Estados, com a positivação de direitos sociais e a previsão das instituições encarregadas da aplicação e realização destes direitos, surge como o primeiro caminho aberto para a eclosão do princípio da vedação de retrocesso.

Foi a partir da *constitucionalização do Estado Social*<sup>2</sup>, no final da década de 1920, principalmente com o advento da Constituição Alemã de Weimar, em 1919, e com a Constituição Mexicana de 1917, as quais serviram de modelo para muitas Constituições posteriores, que se passou a ter maior preocupação com a consagração dos direitos sociais em um patamar legalmente superior aos demais direitos, fazendo incluir no texto constitucional direitos como saúde, trabalho, moradia, assistência social etc.

Ocorre que posteriormente à eclosão destes Estados Sociais e da afirmação dos direitos humanos muitas crises, recessões e outras tantas variáveis foram percorridas, fazendo com que os governos se movessem para adaptar suas legislações em nome de certas necessidades “mais importantes” que a conquista histórica dos direitos fundamentais, sendo necessário, a fim de brecar tentativas legislativas que pareciam não atentar contra a Constituição, um pensamento, uma obrigação, um instrumento apto a fazer com que fosse impedido pelo legislador o *retroceder* no rol consagrado dos direitos e garantias fundamentais.

O princípio da proibição de retrocesso começou a ser debatido no meio judiciário principalmente a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, tendo o Tribunal Constitucional português, conforme demonstra Cristina Queiroz, apreciado e julgado sensíveis casos relativos a direitos fundamentais sociais e as tentativas legislativas de diminuí-los ou extingui-los.

Em um desses processos, Queiroz cita o julgamento (*Acórdão nº 39/1984*) que o Tribunal Constitucional proferiu sobre o “Serviço Nacional de Saúde” (considerado um verdadeiro *leading case* sobre o tema), declarando ser inconstitucional o art. 17 do Decreto-Lei nº 254, de 29 de junho de 1982, na parte em que revogava pura e simplesmente os artigos 18 a 61, 64 e 65 da Lei nº 56/1979, a qual instituiu o Serviço Nacional de Saúde. O argumento do Tribunal foi no seguinte sentido:

---

<sup>2</sup> Sobre uma rápida compreensão do nascimento do Estado Constitucional de Direito e Democrático, vale conferir: MORAES, 2010, p. 02-06.

Quando a tarefa constitucional consiste na criação de um determinado serviço público (como acontece com o Serviço Nacional de Saúde) e ele seja efetivamente criado, então a sua existência passa a gozar de proteção constitucional, já que a sua abolição implicaria um atentado a uma *garantia institucional* de um direito fundamental, logo, um *atentado ao próprio direito fundamental* (QUEIROZ, 2006b, p. 107, destaques no original).

Queiroz também traz à baila o *Acórdão nº 349/1985* do Tribunal Constitucional da Itália, Corte esta que, igualmente ao Tribunal Constitucional Federal alemão, prefere utilizar as referências “princípio da confiança”, “segurança jurídica” ou “cláusula da reserva do possível” em vez de “princípio da proibição de retrocesso social”. No referido acórdão, o Tribunal italiano salientou não ser vedado ao legislador modificar desfavoravelmente certas disciplinas de relações de duração, porém a ele não é conferido alterar disposições a partir de uma regulamentação irracional, “que incida arbitrariamente nas situações substantivas criadas por leis precedentes, frustrando a *confiança* dos cidadãos na *segurança jurídica*” (QUEIROZ, 2006a, p. 69).

Jeffries Jr. e Levinson (1998, p. 1215), por sua vez, analisam que o princípio ganhou especial destaque com o julgamento dos “*race cases*”, casos que foram levados à Suprema Corte dos Estados Unidos da América (EUA) e que formaram a base para o estudo do *princípio do não retrocesso*<sup>3</sup> no Direito Constitucional. Esses casos se tratavam de tentativas legislativas em estender proteções desagregadoras e discriminatórias como razoáveis e justas em questões de cunho escolar e imobiliário.

Como exemplo, o caso *Reitman vs. Mulkey* (de 1967), que refletiu o primeiro posicionamento da Suprema Corte americana sobre o assunto, trazia a questão dos eleitores do estado da Califórnia que pretendiam emendar sua Constituição para proibir leis que limitam o direito de cada indivíduo em recusar a vender, arrendar ou alugar bens imóveis a certas pessoas que bem escolher, em sua absoluta discricção. A Suprema Corte decidiu que a legislação nesse sentido seria inconstitucional, já que poderia encorajar ou autorizar qualquer tipo de discriminação privada feita pelos indivíduos (ibidem, p. 1216).

Nesses casos julgados historicamente em solo norte-americano, Jeffries Jr. e Levinson (ibidem, p. 1217) identificam que o não retrocesso utilizado como tese da Corte foi no sentido de que estariam os legisladores indo de uma posição onde poderiam

---

<sup>3</sup> A nomenclatura adotada em solo norte-americano tende a ser *non-retrogression principle*, ou seja, princípio do não retrocesso (em uma tradução literal).

beneficiar minorias, através de assuntos imobiliários e escolares sem discriminação, para uma posição onde não poderiam.

## 2.2 - ANÁLISE DE SUA DEFINIÇÃO E BASE TERMINOLÓGICA

A base terminológica adotada para acolher o princípio em estudo não tem sido fácil. Segundo pesquisa feita por Narbal Fileti (2007, p. 151-152), existem várias nomenclaturas utilizadas para exprimir o mesmo princípio, quais sejam: princípio da proibição (ou vedação) de retrocesso social; princípio do não-retrocesso social; princípio de contra-revolução social; princípio da proibição de evolução reacionária; regra do não-retorno da concretização; regra do não-retrocesso social; proibição de regressividade; princípio da proibição de retrocesso em sentido estrito; princípio da proibição da retrogradação; eficácia vedativa do retrocesso; eficácia impeditiva do retrocesso; não-evolução reacionária.

Ocorre que algumas dessas terminologias vão de encontro ao que é a natureza jurídica do princípio. Sem entrar em maiores polêmicas nesse campo, é necessário entender que a proibição de retrocesso se trata de um *princípio constitucional* (ainda que implícito dentro da Constituição Federal de 1988), e não propriamente de uma eficácia jurídica imanente aos princípios (FILETI, 2007, p. 147-149).

Sarlet sustenta que a proibição de retrocesso constitui *verdadeiro princípio constitucional implícito*, ligado tanto ao princípio do Estado de Direito quanto ao princípio do Estado Social (1998, p. 371).

Ana Paula de Barcellos (2002, p. 67), por outro lado, entende que a vedação de retrocesso constitui, na verdade, uma modalidade de *eficácia jurídica* reconhecida pela doutrina aos princípios, podendo ser considerada uma derivação ou aprofundamento do conceito que define a eficácia negativa. Assim, a vedação de retrocesso, para a autora, diz respeito especialmente aos princípios relacionados aos direitos fundamentais:

A vedação do retrocesso desenvolveu-se especialmente tendo em conta os princípios constitucionais e, em particular, aqueles que estabelecem fins materiais relacionados aos direitos fundamentais, para cuja consecução é necessária a edição de normas infraconstitucionais. Consciente de que estas normas infraconstitucionais é que formarão o caminho capaz de levar ao fim pretendido, o propósito da vedação é evitar que o legislador vá tirando as tábuas e destrua o caminho porventura já existente, sem criar alternativa que conduza ao objetivo em questão (ibidem, p. 80-81).

Já em relação à sua definição, os doutrinadores buscam geralmente em *José Joaquim Gomes Canotilho* a melhor determinação do que venha a ser esse princípio, o qual foi assim formulado pelo mestre de Coimbra:

[...] o núcleo essencial dos direitos sociais já realizado e efetivado através de medidas legislativas (“lei de segurança nacional”, “lei do subsídio de desemprego”, “lei do serviço de saúde”) deve considerar-se constitucionalmente garantido, *sendo inconstitucionais quaisquer medidas estaduais que, sem a criação de outros esquemas alternativos ou compensatórios, se traduzam, na prática, numa “anulação”, “revogação” ou “aniquilação” pura e simples desse núcleo essencial* (2003, p. 339-340, destacou-se).

Ainda segundo Canotilho, o princípio do não retrocesso social – que o assim denomina, utilizando também as nomenclaturas “princípio de contra-revolução social” ou “princípio da evolução reacionária” – é desdobramento do princípio da democracia econômica e social, que, por sua vez, constitui

[...] uma autorização constitucional no sentido de o legislador democrático e ou outros órgãos encarregados da concretização político-constitucional adotarem as medidas necessárias para a evolução da ordem constitucional sob a ótica de uma “justiça constitucional” nas vestes de uma “justiça social” (2003, p. 338).

Citado por Ingo W. Sarlet (2008, p. 22), o constitucionalista Luís Roberto Barroso entende que o princípio estudado decorre do sistema jurídico-constitucional, e expressa que “se uma lei, ao regulamentar um mandamento constitucional, instituir determinado direito, ele se incorpora ao patrimônio jurídico da cidadania e não pode ser absolutamente suprimido”.

Apenas para enfatizar, Cristina Queiroz (2006a, p. 116) salienta de forma apropriada o que deve se entender pela proibição de retrocesso:

Concretamente, o princípio da “proibição do retrocesso social” determina, de um lado, que, uma vez consagradas legalmente as “prestações sociais”, *o legislador não poderá depois eliminá-las sem alternativas ou compensações*. Uma vez dimanada pelo Estado a legislação concretizadora do direito fundamental social, que se apresenta face a esse direito como uma “lei de proteção”, a ação do Estado, que se consubstanciava num “dever de legislar”, transforma-se num dever mais abrangente: o de não eliminar ou revogar essa lei (destaque nosso).

Desse modo, verifica-se que a tormenta (mas não a única) está justamente na expressão: *uma vez consagrados os direitos fundamentais, não poderá o legislador ordinário eliminá-los ou diminuí-los sem alternativas ou compensações*. Mas que alternativa e compensação são essas? Meros paliativos? Compensar como política pública social? Seria isso realmente importante a ponto de possibilitar a revogação plena de uma lei que já haja consagrado direitos sociais, os quais foram lutados e conquistados por toda a recente história da humanidade? Qual o real sentido protetor do princípio em análise?

### 2.3 - FINALIDADES PRETENDIDAS

Sucintamente, em relação aos objetivos do princípio, torna-se possível assim estabelecê-los<sup>4</sup>: i) proibir a supressão e/ou a redução, inclusive de forma indireta e obscura, de direitos fundamentais em níveis já alcançados e garantidos aos cidadãos; ii) evitar que o legislador ordinário venha a revogar integral ou parcialmente um ou mais diplomas legais (infraconstitucionais) que já se concretizaram a ponto de efetivar os direitos fundamentais (ou, pelo menos, o “conteúdo essencial” destes), limitando a reversibilidade dos direitos adquiridos; iii) proteger o catálogo dos direitos fundamentais, sobretudo no seu “núcleo essencial” da existência mínima inerente ao respeito pela dignidade humana; iv) garantir o grau de concretização dos direitos fundamentais sociais, assumindo a função de “guarda de flanco” no sentido de coibir o “retroceder” ao *status quo* alcançado na perspectiva do Estado Social (isto é, mesmo que não seja necessariamente uma obrigação de *avançar*, deve ser sempre uma proibição de *retroceder*); v) invalidar qualquer norma, por inconstitucionalidade, que revoga uma norma infraconstitucional concessiva de um direito sem que seja acompanhada de uma política equivalente, deixando assim um vazio em seu lugar.

No exemplo citado por Canotilho (2003, p. 339) para ilustrar a última finalidade, seria inconstitucional “uma lei que extinga o direito a subsídio de desemprego ou pretenda alargar desproporcionadamente o tempo de serviço necessário para a aquisição do direito à reforma”.

---

<sup>4</sup> Conferir principalmente: CANOTILHO, 2003, p. 339-340; BARCELLOS, 2002, p. 69; SARLET, 1998, p. 371-372; QUEIROZ, 2006b, p. 101-102.



### 3. POR UMA SUPERAÇÃO DOS PROBLEMAS RELACIONADOS AO PRINCÍPIO

#### 3.1 - O VERDADEIRO ALCANCE QUE DEVE SER COMPREENDIDO NA INTERPRETAÇÃO DO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DE RETROCESSO

Assim como problematiza Ana Paula de Barcellos (2002, p. 68), há ainda certa controvérsia existente em relação à *extensão* do princípio da vedação de retrocesso.

De início, cumpre observar o que Dimitri Dimoulis e Leonardo Martins asseveram. Segundo os autores, por *direitos fundamentais* a atual Constituição Federal brasileira passou a dar um sentido mais abrangente, englobando não apenas o rol do art. 5º e os direitos sociais, mas também os direitos de nacionalidade e os direitos políticos. Assim sendo, direitos fundamentais são os “direitos público-subjetivos de pessoas, contidos em dispositivos constitucionais e, portanto, que encerram caráter normativo supremo dentro do Estado, tendo como finalidade limitar o exercício do poder estatal em face da liberdade individual” (DIMOULIS; MARTINS, 2008, p. 54).

Adriana Zawada Melo entende que direitos fundamentais são os direitos dos seres humanos que indicam a todos, inclusive ao Estado, os limites que não podem ser extrapolados e os objetivos a serem atingidos a fim de assegurar níveis satisfatórios de vida aos cidadãos. Complementando, a autora indica como características essenciais dos direitos fundamentais a função dignificadora, a natureza principiológica, a função legitimadora, o aspecto de normas constitucionais e a historicidade com que se revestem os mesmos. Por fim, igualmente como Dimoulis e Martins, sustenta que há uma essência que não pode ser olvidada do conceito dos direitos fundamentais, que é exatamente se constituírem em *direitos subjetivos públicos*, “oponíveis pelos indivíduos contra o Estado e conferidos por normas de direito público” (MELO, 2007, p. 74).

De fato, não é interessante, até para fins de nosso corte metodológico, expor uma única definição do conceito de direitos fundamentais, mesmo porque esses são construídos historicamente, existindo, ademais, o problema da linguagem do direito. Mas o conteúdo mínimo que caracteriza os direitos fundamentais é a sua colocação central no sistema jurídico, reconhecido historicamente e oponível contra o Estado.

Como exemplo a ser destacado de direito fundamental longe do rol do art. 5º e seguintes é o que a Constituição consagra no art. 225, ou seja, *o direito de todos ao*



*ambiente ecologicamente equilibrado*. Aliás, o tema em torno do direito ambiental e a vedação do retrocesso foi tratado pelo Senado Federal em Colóquio realizado no dia 29 de março de 2012, no qual contou com a participação de renomados professores. Ficou inclusive consignado que a vedação ao retrocesso na área ambiental é a mais urgente e a mais impactante de todos os direitos fundamentais, posto que o direito ao meio ambiente equilibrado deve ser defendido e preservado também para as futuras gerações, não podendo haver qualquer ameaça que possa ensejar seu recuo<sup>5</sup>.

De qualquer forma, o maior problema dos direitos fundamentais sociais talvez seja o fato de se apresentarem muitas vezes como *conceitos jurídicos indeterminados e cláusulas gerais*, com alto grau de *abstração*, sendo em grande parte apenas concretizados mediante prévia intermediação do Poder Legislativo (QUEIROZ, 2006b, p. 88-89).

No entanto, o que deve ser consignado é que o alcance do princípio necessita ser o *máximo possível*, a ponto de *abarcар em seu seio de proteção todo o rol dos direitos fundamentais (gênero)*, e não apenas, como se poderia supor, os direitos ditos sociais (espécie). Isto porque grande parte dos autores que traçam comentários a respeito tende a colocar a expressão “social” ao final da nomenclatura do princípio, entendimento, a nosso ver, incoerente na medida em que se poderia (equivocadamente) interpretar que a proibição abrangeria tão estritamente os *direitos sociais*.

Decerto, o que aqui se quer relevar não é exatamente o fato de o princípio ser denominado de “proibição de retrocesso” ou “proibição de retrocesso social”. Na verdade, o que deve estar assinalado é a compreensão do real alcance do princípio, sendo essa questão, indubitavelmente, de suma importância para a defesa dos direitos fundamentais.

### 3.2 - PELA SUPERAÇÃO DA FALTA DE RECONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DO PRINCÍPIO

Além do problema acima tratado, o princípio da vedação de retrocesso também não se encontra amplamente *reconhecido* pela doutrina pátria nem está expressamente positivado no nosso ordenamento jurídico. Ademais, na própria doutrina não há um

---

<sup>5</sup> Vide documento organizado pelo Senado Federal com artigos de grandes autores, intitulado “O princípio da proibição de retrocesso ambiental”, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/242559>>. Acesso em: 20 out. 2017.

reconhecimento e base uníssonos para melhor concretizar a força deste princípio para a defesa dos direitos fundamentais.

Não se deve, todavia, deixar de reconhecer o princípio, sobretudo porque o mesmo decorre implicitamente do próprio sistema jurídico brasileiro (como já analisado por Luís Roberto Barroso), a saber: i) do princípio do Estado Democrático e Social de Direito; ii) do princípio da dignidade da pessoa humana; iii) do postulado da segurança jurídica (proteção da confiança dos cidadãos); iv) da petrealidade das normas que definem direitos e garantias fundamentais (art. 60, § 4º, inciso IV, CF/88); v) do instituto do direito adquirido (art. 5º, inciso XXXVI, CF/88); vi) da eficácia negativa que dispõe certos princípios constitucionais (BARCELLOS, 2002, p. 57); vii) do maior reconhecimento e aproximação ao modelo do *neoconstitucionalismo* e, respectivamente, aos seus principais atributos (CUNHA JUNIOR, 2007, p. 71-73).

Em âmbito internacional, seu reconhecimento é conferido especialmente pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) – o qual o Brasil a aderiu no ano de 1992 –, mais especificamente no art. 29, quando expressa:

Artigo 29 – Normas de interpretação: nenhuma disposição da presente convenção pode ser interpretada no sentido de: 1. Permitir a qualquer dos estados-partes, grupo ou indivíduo, suprimir o gozo e o exercício dos direitos e liberdades reconhecidos na convenção ou limitá-los em maior medida do que a nela prevista; 2. Limitar o gozo e exercício de qualquer direito ou liberdade que possam ser reconhecidos em virtude de leis de qualquer dos estados-partes ou em virtude de convenções em que seja parte um dos referidos estados; 3. Excluir outros direitos e garantias que são inerentes ao ser humano ou que decorrem da forma democrática representativa de governo; 4. Excluir ou limitar o efeito que possam produzir a declaração americana dos direitos e deveres do homem e outros atos internacionais da mesma natureza.

Sendo assim, se há alguma falta de reconhecimento, a mesma não poderá servir como forma de obstáculo à persecução dos objetivos do princípio da vedação de retrocesso.

#### 4. MANIFESTAÇÃO JURISPRUDENCIAL SOBRE A PROBLEMÁTICA: O ENTENDIMENTO DA JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA E DO DIREITO ESTRANGEIRO

O STF já teve oportunidade de se manifestar acerca do princípio da vedação de retrocesso durante a decisão proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) nº 3.104-0/DF, no qual se debateu sobre aposentadoria e violação de direito adquirido de

servidores que ingressaram no serviço público até 16 de dezembro de 1998. A Ministra e Relatora do processo Cármen Lúcia (grande defensora do princípio) assentou que

[...] quanto ao *princípio da proibição do retrocesso social*, que este seria o caso se houvesse negativa no sistema constitucional brasileiro de ser extinta a possibilidade de aposentadoria, já que a aposentadoria é um direito social que o constitucionalismo contemporâneo abriga, o que não aconteceu neste caso<sup>6</sup> (destacou-se).

Nessa mesma decisão, os Ministros Carlos Ayres Brito, Gilmar Mendes e Marco Aurélio deixaram evidente o papel fundamental que possuem as cláusulas pétreas e o princípio da segurança jurídica no sentido de impedir o retrocesso dos direitos fundamentais:

Não me parece lógico, até porque *um dos sentidos das cláusulas pétreas é impedir o retrocesso. É garantir o avanço*. Esse o significado último de uma cláusula pétrea. A nova Constituição traz uma conquista política, social, econômica e fraternal, de que natureza for, e *a petrealidade passa a operar como uma garantia do avanço, então obtido. Uma interdição ao retrocesso* (Trecho do voto do Ministro Carlos Ayres Brito, na ADIn 3.104-0/DF). [...] Talvez devêssemos tratar como categoria geral a segurança jurídica. Aí, aparecem as espécies: direito adquirido, ato jurídico perfeito, a coisa julgada e a própria idéia de segurança jurídica em sentido estrito (Trecho do voto do Ministro Gilmar Mendes). [...] Pelo menos que se possa cogitar de um mínimo de segurança jurídica – e o Estado está organizado para proporcionar aos cidadãos segurança jurídica (Trecho do voto do Ministro Marco Aurélio) (destacou-se).

Outra importante decisão da Corte Suprema foi a consubstanciada no Mandado de Segurança nº 24.875-1/DF, julgada em 11 de maio de 2006. Neste acórdão, um fato bastante interessante era que seu objeto girava em torno do limite imposto aos proventos de aposentadoria de quatro Ministros aposentados do próprio STF. No que tange ao princípio em destaque, vale conferir o que assentou em seu voto o Ministro Celso de Mello:

[...] *A cláusula que proíbe o retrocesso em matéria social traduz, no processo de sua concretização, verdadeira dimensão negativa pertinente aos direitos sociais de natureza prestacional*, impedindo, em consequência, que os níveis de concretização dessas prerrogativas, uma vez atingidos, venham a ser reduzidos ou suprimidos, exceto nas hipóteses – de todo inócua na espécie – em que políticas compensatórias venham a ser implementadas pelas instâncias governamentais (destaque nosso).

---

<sup>6</sup> STF, ADIn nº 3.104-0/DF, acórdão publicado no DJ em 09/11/2007.

O Ministro Celso de Mello também proferiu voto na decisão exarada no Agravo Regimental na Suspensão de Tutela Antecipada nº 175/CE (Relator Ministro Gilmar Mendes, julgada pelo Pleno do STF em 17 de março de 2010), que dizia respeito ao direito à saúde. Na ocasião, o Ministro lembrou também de outras características essenciais do princípio:

[...] Para além de todas as considerações que venho de fazer, há, ainda, Senhor Presidente, um outro parâmetro constitucional que merecer ser invocado. Refiro-me ao princípio da proibição do retrocesso, que, em tema de direitos fundamentais de caráter social, *impede que sejam desconstituídas as conquistas já alcançadas pelo cidadão ou pela formação social em que ele vive*, consoante adverte autorizado magistério doutrinário [...] (destacou-se).

Outro exemplo de julgamento pelo STF foi o relativo ao direito ao voto secreto. No acórdão da Medida Cautelar na ADIn nº 4.543/DF (Órgão julgador: Tribunal Pleno; data do julgamento: 19/10/2011; data da publicação: 02/03/2012), ressaltou a Ministra Carmén Lúcia que a proibição de retrocesso também é aplicável aos direitos políticos, *não* sendo constitucional uma norma que emprega sistema de impressão do voto pela possível vulneração da urna e consequente ofensa ao direito do sigilo do voto.

Ingo Wolfgang Sarlet (2008, p. 17-18), discorrendo sobre a jurisprudência que vem se formando – embora não uníssona – no *direito estrangeiro*, traz consideráveis posicionamentos chancelados pelo Tribunal Federal Constitucional alemão.

Apenas como exemplo, é oportuno trazer o que Sarlet constatou a respeito da Corte alemã, a qual assentou entendimento de que a *garantia da propriedade*, possuindo proteção de natureza pública e alcançando uma função conservadora de direitos, além de oferecer ao cidadão segurança jurídica quanto aos direitos patrimoniais, sendo ao titular do direito conferida uma posição jurídica equivalente à da propriedade privada, não pode *ser suprimida sem qualquer compensação*.

Em solo norte-americano, coube a Jeffries Jr. e Levinson a análise sobre como a Corte Suprema vem se manifestando sobre o tema. Os já mencionados “*race cases*” foram o começo da controvérsia quanto à aplicabilidade ou não da proibição de retrocesso. Porém, outros processos de interesse para a sociedade foram igualmente apreciados e julgados pela Corte, como os casos *Romer vs. Evans* e *Hunter vs. Erickson*.

Em *Romer vs. Evans*, submetido à Suprema Corte estadunidense em 1996, trazia o caso de uma Emenda do estado de Colorado que proibia os governos municipais e o estadual de promulgar ou aplicar quaisquer preferências, tais como cotas ou reclamações de discriminação, baseadas em orientações homossexuais. De acordo com a Suprema Corte, a Emenda, por negar aos homossexuais o direito de buscar específica proteção da lei e ofender o princípio da igualdade de proteção que o governo e seus órgãos devem observar – isto é, devem permanecer imparciais para todos aqueles que buscam assistência –, foi considerada inconstitucional, ainda porque vem positivando uma “discriminação privada” altamente arriscada, onde poderia ser discutida inclusive em patamar político (JEFFRIES JR. & LEVINSON, 1998, p. 1229).

Por seu turno, a autora portuguesa Cristina Queiroz traz em seu estudo interessantes julgados ocorridos no Tribunal Constitucional de seu país.

No Acórdão de nº 509/2002, em que se tratava acerca do “rendimento social de inserção”, a Corte máxima de Portugal explicitou (com amparo na doutrina de Canotilho) o seguinte sobre quando deveria operar e incidir o princípio da proibição de retrocesso social:

Quando [...] se pretenda atingir o núcleo essencial da existência mínima inerente ao respeito pela dignidade da pessoa humana, isto é, quando sem a criação de outros esquemas alternativos ou compensatórios, se pretenda proceder a uma anulação, revogação ou aniquilação pura e simples desse núcleo essencial; ou, ainda, quando a alteração redutora do conteúdo do direito social se faça com violação do princípio da igualdade ou do princípio da proteção da confiança; ou quando se atinja o conteúdo de um direito social cujos contornos se hajam iniludivelmente enraizado ou sedimentado no seio da sociedade (QUEIROZ, 2006b, p. 108).

Em outro Acórdão relatado pelo Tribunal Constitucional português foi debatida a questão sobre o “acesso ao ensino superior público e propinas<sup>7</sup>” (TC nº 148/1994). Nesse caso, a Corte assentou que o estabelecimento de “propinas” era constitucional e não representava meio de impedir o acesso ao ensino superior público. Ela não enxergou que disso pudesse decorrer para o estudante um direito definitivo ao ensino superior progressivamente gratuito, mas sim que seria um direito vinculado ao postulado da “reserva do possível”, ou seja, uma meta que se pretenda atingir (QUEIROZ, 2006b, p. 107).

---

<sup>7</sup> “Propina”, em Portugal, seria como uma espécie de taxa de frequência a ser paga pelo estudante às escolas e faculdades.

Como já especificado no tópico sobre a formulação histórica do princípio, o Tribunal Constitucional de Portugal já teve oportunidade de julgar inconstitucional uma lei por revogar grande parte da legislação portuguesa do Serviço Nacional de Saúde, argumentando na linha de que “com esta revogação estaria o legislador atentando contra o direito fundamental à saúde, ainda mais em se levando em conta que este deveria ser realizado justamente mediante a criação de um serviço nacional, geral e gratuito de saúde” (SARLET, 1998, p. 370).

Foi esse caso do Serviço Nacional de Saúde português que o Ministro Celso de Mello ressaltou em seu voto no MC nº 24.875-1/DF, extraindo trecho daquela decisão do Tribunal de Portugal:

As tarefas constitucionais impostas ao Estado em sede de direitos fundamentais no sentido de criar certas instituições ou serviços não o obrigam apenas a criá-los, *obrigam-no também a não abolí-los uma vez criados*. Quer isto dizer que a partir do momento em que o Estado cumpre (total ou parcialmente) as tarefas constitucionalmente impostas para realizar um direito social, o respeito constitucional deste deixa de consistir (ou deixar de consistir apenas) numa obrigação positiva, para se transformar (ou passar também a ser) numa obrigação negativa. *O Estado, que estava obrigado a actuar para dar satisfação ao direito social, passa a estar obrigado a abster-se de atentar contra a realização dada ao direito social*. Este enfoque dos direitos sociais faz hoje parte integrante da concepção deles a teoria constitucional, mesmo lá onde é escasso o elenco constitucional de direitos sociais e onde, portanto, eles têm de ser extraídos de cláusulas gerais, como a cláusula do “Estado social” (destacou-se).

## 5. A RELEVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DE RETROCESSO PARA OS DIREITOS FUNDAMENTAIS: a necessária maximização da principiologia em solo brasileiro

### 5.1 - A EQUIVOCADA COMPREENSÃO DAS CAUSAS DE “RECESSÕES E CRISES ECONÔMICAS” COMO LIMITES AO PRINCÍPIO

As conquistas históricas relativas aos direitos fundamentais, conforme ressalta a Ministra do STF Cármen Lúcia, citada pelo também Ministro da Corte Suprema Luís Roberto Barroso (2004, p. 378) e seguindo a orientação doutrinária de Canotilho, não podem ser anuladas, destruídas ou combatidas. Seria uma grave ameaça ao próprio Estado Democrático de Direito qualquer tentativa de diminuir ou extinguir legislativamente, ainda que usando de manobras indiretas, os direitos fundamentais individuais e coletivos, incluindo aí também os direitos sociais.

A partir de uma visão sistêmica do ordenamento jurídico brasileiro, resta claro que não há princípio nem direito considerado de modo *absoluto*. E isso se passa também com o princípio da vedação de retrocesso, segundo o qual “nada pode fazer contra as recessões e crises econômicas” (CANOTILHO, 2003, p. 339).

Porém, esse entendimento não é, em nossa percepção, o mais coerente em defesa dos direitos fundamentais, ainda mais quanto à resguarda dos direitos sociais e à problemática da falta de efetividade (e identidade) que abala os mesmos. Isso não quer dizer, no entanto, que não haja limites à interpretação/aplicação do princípio.

Argumentar que seria possível o legislador ou quem lhe fizer as vezes (por exemplo, o Presidente da República em suas atribuições atípicas) revogar, diminuir ou restringir direitos básicos aos cidadãos em razão de *recessões e crises econômicas* não pode prosperar no atual sistema.

O que existe é a previsão expressa na Constituição Federal de restrição de certos direitos e garantias em decorrência da decretação de *Estado de Defesa* (art. 136, CF/88) ou de *Estado de Sítio* (arts. 137 a 139, CF/88), os quais se tratam de medidas excepcionais dentro do ordenamento, decretadas pelo Presidente da República (art. 84, IX, CF/88) para vigorar somente por tempo certo, em lugar específico e em determinadas situações com o fito de preservar ou restabelecer a ordem pública e a paz social.

É o chamado *sistema constitucional das crises*, consistente em um conjunto de normas constitucionais que, informadas pelos princípios da necessidade e da temporariedade, têm por objeto as situações de crises e por finalidade a manutenção ou o restabelecimento da normalidade constitucional (MORAES, 2010, p. 807).

As hipóteses de cabimento tanto do Estado de Defesa quanto do Estado de Sítio estão previstas na CF/88 no art. 136, *caput*, e art. 137, incisos I e II. Pela leitura de tais dispositivos, percebe-se que não há permissivo constitucional para que o decreto da medida excepcional (lei em sentido lato, pois) imponha a restrição a direitos ou garantias em razão de crise econômica.

Sendo assim, a restrição, por exemplo, ao *direito constitucional de reunião* (art. 5º, XVI, CF/88) é *inadmissível quando sustentada com base em uma situação hipotética de crise econômica deflagrada em um país*, mesmo que tenha repercussões mundiais. Vedar a participação de pessoas em uma reunião pacífica em razão de recessão econômica é algo



contrário aos ditames do Estado Constitucional Democrático de Direito, sendo nítida que tal vedação tem suas raízes em um sistema totalitário.

Outro exemplo seria a redução ao consagrado *direito constitucional à saúde* (arts. 6º e 196 a 200, CF/88) *baseando-se em possível crise econômica brasileira*, na medida em que pudesse imaginar o advento de uma Emenda Constitucional que extinguisse o Sistema Único de Saúde (SUS) com o fito de “enxugar” gastos, ou estabelecer contrapartida financeira a ser arcada pelos seus usuários para que o SUS não represente mais ônus financeiro ao Estado.

Nesta última situação, entendemos que poderia ocorrer essa hipótese, visto que o legislador poderia deixar de questionar a proposta legislativa sob o entendimento de que esta não representaria uma “proposta tendente a abolir direitos e garantias individuais” (art. 60, § 4º, IV, CF/88), uma vez que a alteração seria dos arts. 198 e 200 da Carta Magna, e não propriamente de algum dos direitos ou das garantias insertos no Título II da CF/88.

Por sua vez, como já presenciado em discurso do ex-presidente dos Estados Unidos da América George W. Bush, o *direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado* (art. 225, CF/88) também se mostra potencial alvo de leis que poderiam vir a revogá-lo ou diminuí-lo, sob o argumento de que o respeito ao meio ambiente representa *empecilho ao desenvolvimento econômico de um país que deseja se industrializar e continuar “seu progresso”*.

Desse modo, situações que envolvem aspectos puramente de ordem econômica *não* podem servir como empecilho à aplicação e posterior consolidação do princípio da vedação de retrocesso, como, embora apenas no plano da teoria do direito (teoria formal, portanto), conseguimos demonstrar com os casos hipotéticos do direito à reunião, do direito à utilização dos serviços do SUS e do direito ao meio ambiente equilibrado. São situações controversas, polêmicas, porém analisadas neste estudo apenas no plano formal, ainda sem esgotamento do tema.

## 5.2 - AFINAL, QUAIS SERIAM OS LIMITES AO PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DE RETROCESSO? UMA ANÁLISE CRÍTICA EM DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

O princípio em xeque deve ser analisado quanto à questão das suas limitações. Mas diga-se: analisado de forma racional, crítica e emancipadora, em consonância com a defesa e a máxima efetividade dos direitos fundamentais.

Primeiro, a questão que envolve a limitação e a relatividade dos direitos fundamentais (quaisquer direitos, na verdade) e a consideração de que estes não são *absolutos*, posto que não podem servir de defesa para práticas ilícitas e nem podem desrespeitar por completo outros situados no mesmo patamar hierárquico, não serve para afirmar a relatividade da vedação de retrocesso. O que ocorre, nesses casos, diz respeito tão-somente aos direitos fundamentais e à característica intrínseca destes da relatividade. Ou seja, por não representar regra, mas sim princípio, então a proibição de retrocesso deve ser conferido outro tratamento.

Nesse sentido, não é de todo modo coerente considerar que a vedação de retrocesso é limitada por ser um princípio marcado pela *relatividade*, as quais estão relacionadas ao estudo dos direitos fundamentais. Exemplificando, num eventual *conflito entre princípios*, não haverá extirpação de um em detrimento do outro no caso concreto, mas sim serão *sopesados axiologicamente*, sendo um mais valorado que outro. Desse modo, inegável é aqui a contribuição do *princípio da proporcionalidade*, chamado de *princípio dos princípios*, como bem analisado por Willis Santiago Guerra Filho (2007, p. 268-271).

Segundo, parece-nos incomunicável com o paradigma do Estado Democrático de Direito estabelecer como exceção à vedação de retrocesso situações em que determinados direitos são restringidos, mas, em contrapartida, são criados outros “esquemas alternativos ou compensatórios” (CANOTILHO, 2003, p. 339-340).

De fato, a questão de estabelecer política legal apenas de forma “compensatória” ou “paliativa” – como se poderia interpretar da afirmação acima – para “ocultar” a revogação de direitos fundamentais é impensável no atual paradigma constitucional. O que o legislador propugna com isso é justamente buscar obter um rebaixamento do rol catalogado dos direitos fundamentais dos cidadãos de uma maneira *indireta e obscura*.

*Esquemas compensatórios ou alternativos* não serão políticas seguras e aptas a buscar o desenvolvimento social de um país, tampouco podem ser considerados como eficazes no objetivo de consagração de outros direitos em detrimento daqueles ditos fundamentais a que estejam limitando.

A questão de ser um “esquema compensatório ou alternativo” também pressupõe a momentaneidade da política, restando, assim, a possível indagação: e depois de cumprida a política compensatória ou alternativa, que pode ser um paliativo, voltará a efetividade do direito básico antes limitado ou continuará revogado? Até quando será cumprido o paliativo? Qual o prazo? Como se realizará a “compensação” do esquema? Direitos e valores podem ser compensados?

Ademais, há que ser ressaltado também a existência de muitos autores que defendem a doutrina oriunda da jurisprudência alemã de que só é possível efetivar os direitos sociais dentro da esfera patrimonial que dispõe o Estado, sob o famoso jargão: “apenas existem direitos sociais quando e enquanto também existir dinheiro nos cofres do governo”. É a consagração do *princípio (ou doutrina, discurso) da reserva do possível*<sup>8</sup>.

A reserva do possível é entendida como a “possibilidade de disposição econômica e jurídica por parte do destinatário da norma” (CUNHA JUNIOR, 2007, p. 90). Ou seja, os direitos para serem plenamente efetivados, mais especialmente os direitos sociais, dependeriam, além da concretização de outra legislação reguladora dos mesmos, de disponibilidade econômica por parte do Estado para realizá-los. Seria necessário, portanto, haver uma ponderação a ser efetuada pelos poderes públicos, de acordo com a cobertura orçamentária e financeira, dentro da margem de ação do legislador, a fim de averiguar como poderiam ser garantidos, com efetividade, os direitos e pretensões (vide: QUEIROZ, 2006b, p. 98-99).

Todavia, como sustentar a tese de que a “inexistência de recursos econômicos força os poderes públicos a fazer menos do que aquilo que em princípio se encontravam obrigados a fazer” (QUEIROZ, 2006b, p. 99)? Se os próprios representantes do povo são escolhidos para fazerem acontecer (mais do que) uma gestão racional dos recursos que o governo aufere, como adotar a teoria de que o Estado não tem recursos e não pode concretizar direitos sociais? Ou seja, *não*

[...] podemos concordar com aqueles que sustentam, com base na doutrina estrangeira, encontrar-se a eficácia dos direitos fundamentais dependente do limite fático da reserva do possível, *porque sempre haverá um meio de remanejar os recursos disponíveis, retirando-os de outras áreas (transporte, fomento econômico, serviço da dívida, etc.), onde sua aplicação não está tão intimamente ligada aos*

---

<sup>8</sup> Ultimamente, tem ganhado força uma teoria que busca aplicar instrumentais econômicos na análise do direito, chamada de Análise Econômica do Direito (AED) ou *Law and Economics*.

*direitos mais essenciais do homem, como a vida, a integridade física, a saúde e a educação, por exemplo* (CUNHA JUNIOR, op. cit., p. 94, destaque nosso).

Pode até ser que a doutrina da reserva do possível seja bem recebida em outros países mais desenvolvidos, como a Alemanha, porém não logra êxito em um país tal como o Brasil, *que cada vez mais se afunda em casos de corrupção escancarada no meio político*, em contraste com suas mazelas sociais. Se aplicarmos a doutrina da reserva do possível como regra geral, sendo a tônica das respostas do Estado ao seu fracasso no cumprimento dos deveres constitucionais (como, por exemplo, fornecer medicamentos gratuitos para a população), então visualizaremos o próprio fracasso do Estado, mostrando-se, nessa ótica, incompetente para arrecadar recursos e aplicá-los racionalmente nas áreas que mais necessitam.

Sendo assim, em nome de uma *maior efetividade (além da defesa, ou seja, garantia) dos direitos fundamentais* individuais e sociais, somente deve ser interpretada a limitação ao princípio da proibição de retrocesso nos casos de interpretação possivelmente colidente com outros princípios constitucionais e nas decretações excepcionais de Estado de Defesa ou de Estado de Sítio, que têm justamente por finalidade o restabelecimento ou a preservação da ordem pública e da paz social.

Qualquer mudança normativa que envolva direitos fundamentais deve ser sopesada à luz da vedação do retrocesso, mas não é qualquer alteração desse rol de direitos pelo Legislativo que se tornará inviável. Em nossa ótica, reitera-se que os limites devem existir desde que sopesados por outros princípios constitucionais em um determinado caso concreto (o que não seria a tarefa do legislador) ou pelas situações excepcionais do sistema constitucional de crises.

A importância do princípio da proibição de retrocesso para a defesa dos direitos fundamentais, nessa linha, reside no fato de que não poderá *o legislador brasileiro restringir ou suprimir, mesmo que de forma indireta, direito fundamental consagrado explícita ou implicitamente no ordenamento jurídico, ainda que com regulamentações relevantes postas em patamar infraconstitucional ou com implementações de políticas compensatórias e alternativas ou, ainda, se está presente no país grave crise derivada exclusivamente de ordem econômica*.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que não compreenda ainda uma maciça manifestação doutrinária e um alcance para sua efetiva concretização, o princípio da proibição/vedação de retrocesso (social) se faz de extrema importância para a defesa e consequente consagração do rol dos direitos fundamentais.

A plena consagração ainda demorará a vir, disso não se desconhece. Contudo, esse maior reconhecimento tanto pela doutrina quanto pela jurisprudência, inclusive com julgados favoráveis no âmbito do STF, bem como o alcance elástico que se reconhece ao princípio, já demonstra a relevância que o mesmo vai construindo em solo pátrio.

Limites há de existir, claro. No entanto, confundir aspectos intrínsecos ao estudo da limitação relativa aos direitos com aqueles ligados aos princípios é inadmissível. O princípio da vedação de retrocesso sofre de fato sua limitação, mas não tem a ver com o que sofre os direitos fundamentais. A limitação que poderia se imaginar sofrer o princípio aqui em destaque está, via de regra, no sentido de que não poderá o mesmo sobressair frente à decretação de Estado de Sítio ou Estado de Defesa (sistema constitucional das crises). Outras questões referentes à possível limitação do princípio não fazem parte do que seja limite, mas sim apenas técnicas de interpretação já existentes na hermenêutica jurídica, desempenhando grande função nesses casos o princípio da proporcionalidade.

Construir uma doutrina defensora do princípio da vedação de retrocesso é algo que se faz cada vez mais necessário, principalmente tendo em vista a defesa dos direitos fundamentais.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, José Carlos Vieira de. *Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*. 3. ed. Coimbra: Almedina, 2007.

BARCELLOS, Ana Paula de. *A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana*. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2002.

BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e aplicação da Constituição*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

\_\_\_\_\_. *O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira*. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2003.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. Neoconstitucionalismo e o novo paradigma do Estado Constitucional de Direito: um suporte axiológico para a efetividade dos Direitos Fundamentais Sociais. In: PAMPLONA FILHO, Rodolfo; CUNHA JÚNIOR, Dirley da (Orgs.). *Temas de Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais*. Salvador: JusPODIVM, 2007, p. 71-112.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. *Teoria geral dos direitos fundamentais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

FILETI, Narbal Antônio Mendonça. *A fundamentalidade dos direitos sociais e o princípio da proibição de retrocesso social*. Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da UNIVALI, nov. 2007. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Narbal%20Antonio%20Mendonca%20Fileti.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2017.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. Princípios constitucionais na perspectiva de uma teoria fundamental do direito. In: PAMPLONA FILHO, Rodolfo; CUNHA JÚNIOR, Dirley da (Orgs.). *Temas de Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais*. Salvador: JusPODIVM, 2007, p. 261-271.

JEFFRIES JR., John C.; LEVINSON, Daryl J. The non-retrogression principle in constitutional law. *California Law Review*, v. 86, n. 6, dez. 1998. Disponível em: <[http://www.law.virginia.edu/pdf/faculty/hein/jeffries/86cal\\_l\\_rev1211\\_1998.pdf](http://www.law.virginia.edu/pdf/faculty/hein/jeffries/86cal_l_rev1211_1998.pdf)>. Acesso em: 21 out. 2017.

MELO, Adriana Zawada. Direitos humanos fundamentais e o Estado de Direito Social. *Revista Mestrado em Direito*, Osasco, ano 7, n. 2, p. 71-86, 2007. Disponível em: <<http://132.248.9.1:8991/hevila/Revistamestradoemdireito/2007/vol7/no2/5.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2011.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PIOVESAN, Flávia. *Temas de direitos humanos*. São Paulo: Max Limonad, 2003.

QUEIROZ, Cristina. *O princípio da não reversibilidade dos direitos fundamentais sociais: princípios dogmáticos e prática jurisprudencial*. Coimbra: Coimbra Editora, 2006a.

\_\_\_\_\_. *Direitos fundamentais sociais: funções, âmbito, conteúdo, questões interpretativas e problemas de justiciabilidade*. Coimbra: Coimbra Editora, 2006b.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

\_\_\_\_\_. Proibição de retrocesso, dignidade da pessoa humana e direitos sociais: manifestação de um constitucionalismo dirigente possível. *Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado*, Salvador, n. 15, set/out/nov. 2008. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br/rere.asp>>. Acesso em: 28 dez. 2017.